

## **CONFERÊNCIA**

### **O Processo de Bolonha: Origens e Implicações para o Ensino**

Presidente da Mesa – Adriano Moreira

Conferencista – Eduardo Marçal Grilo



Queria, em primeiro lugar, agradecer este convite. É uma honra voltar ao Conselho Nacional de Educação e estar com o meu muito querido amigo, o Prof. Adriano Moreira. Agradeço ao Prof. Júlio Pedrosa a gentileza do convite para partilhar aqui algumas das memórias sobre como nasceu este Processo, o que esteve na origem desta Declaração, para depois, durante o dia e nos vários painéis que integram este seminário, podermos fazer o debate dos seus desenvolvimentos.

Eu vou falar do passado porque me parece importante enquadrar as questões que decorreram da Declaração de Bolonha. A Declaração de Bolonha tem uma história que começa um pouco antes de 1999, começa concretamente na presidência holandesa da UE.

Na Conferência de Varsóvia, em 1997, o ministro da Educação da Holanda lançou pela primeira vez a ideia de um espaço europeu de ensino superior, que não se devia limitar aos países da UE (na altura eram quinze), e desafiou-nos a entendermo-nos sobre o que seria um espaço europeu de ensino superior. Houve uma aceitação muito grande da ideia por parte de praticamente todas as delegações, mas ficou-se por aí.

Em 1998, quando do aniversário da Sorbonne, numa grande manifestação académica feita em Paris, o ministro Claude Allègre, que era o ministro da Educação na altura em França, apresentou um documento, chamado Documento da Sorbonne, que foi assinado por

---

<sup>1</sup> Administrador da Fundação Calouste Gulbenkian.

O texto que agora se publica foi extraído do registo oral da intervenção e não foi revisto pelo autor.

quatro países: pela Inglaterra, França, Alemanha e Itália. Era um documento que aparecia a seguir ao Relatório de Jacques Attali sobre o Ensino Superior, o célebre relatório que apontava para a estrutura de ciclos 3+2+3 e para a possibilidade de haver uma certa harmonização, uma certa uniformização europeia em relação aos graus académicos. Era, porém, essencialmente um documento feito para a França, mas que terminava com um apelo a todos os países para que se juntassem a essa Declaração da Sorbonne, fazendo uma certa uniformização ou uma certa convergência – já não sei exactamente qual era o termo, não me recordo –, no sentido de haver essa harmonização entre graus e diplomas nos vários países europeus.

Esse documento foi mal recebido na altura. Eu próprio recordo-me de, numa reunião no Luxemburgo talvez em Setembro de 1998, ter dito que me parecia que esta não era a forma de trabalhar. Não me parecia que fosse bom que quatro países assumissem uma espécie de liderança na constituição deste espaço europeu e que, de um ponto de vista político, seria mais útil caminhar de uma forma mais abrangente, mais participada pelos vários países e sem uma liderança daqueles quatro países, que eram verdadeiramente os países mais fortes da UE. Nessa reunião, o ministro italiano Luigi Berlinguer disse: “Eu estou de acordo, nós assinámos, mas acho que este não é o método. Nós, italianos, gostávamos de poder desenvolver algumas acções no sentido de fazer uma declaração em Itália”.

Recordo-me de ele me ter falado na importância do envolvimento das próprias instituições universitárias neste processo, ou seja, não devia ser um processo conduzido exclusivamente do lado do poder político, mas devia ter um envolvimento muito directo das universidades. Na altura, as universidades europeias tinham duas organizações, a Conferência de Reitores (CRE), e uma Associação de Universidades – uma delas, aliás, era presidida pelo Prof. Sérgio Machado dos Santos. Fez-se o contacto com essas duas instituições, a proposta foi muito bem recebida, e foi encomendado um trabalho a Guy Haug, um consultor internacional e uma pessoa muito habilitada, muito qualificada na área do

ensino superior que, durante o primeiro trimestre de 1999, fez uma ronda por alguns países europeus. Esteve aqui em Portugal connosco, com o Prof. Jorge Silva e o Prof. Pedro Lourtie, que eram, respectivamente, o Secretário de Estado e o Director-Geral do Ensino Superior, e este último foi designado para acompanhar tudo o que se iria passar com a futura Declaração de Bolonha.

Houve imensos contactos entre variadíssimas pessoas, entre variadíssimas instituições e entendeu-se que deveria ser feita uma nova declaração, que “enterraria” o Documento Sorbonne e que se tornaria numa espécie de carta para a constituição do tal espaço europeu de ensino superior. Tratava-se, portanto, de preparar uma declaração essencialmente política – a Declaração de Bolonha é uma declaração essencialmente política.

Uma declaração em que se definissem alguns objectivos e se assegurassem algumas características da especificidade europeia, designadamente, a importância que se atribuía a quatro objectivos essenciais: o reforço da mobilidade, que sempre foi na Europa um objectivo, sobretudo a partir de Delors quando foi criado o Programa Erasmus; a procura de convergência entre as formações; a comparabilidade dos sistemas; e a competitividade europeia face aos outros grandes espaços, como é o espaço norte-americano.

Estudou-se o formato que essa declaração deveria ter e, em Junho de 1999, assinou-se um documento que foi subscrito apenas pelo poder político (já irei dizer o que isso significa), ou seja, foram apenas os ministros ou seus representantes que assinaram, em nome de vinte e nove países. Nesse momento, a diversidade europeia foi assegurada a dois níveis: por um lado, a diversidade entre países e, por outro lado, a diversidade dentro de cada país e dentro de cada sistema de ensino superior. Não havia nenhuma intenção, nenhum objectivo, de fazer um sistema uniforme, um sistema igual entre os vários países; nem dentro do mesmo país houve a ideia de terminar com a diversidade existente, como eram o nosso caso ou o do sistema holandês e alemão, ou ainda o caso do

sistema sueco, onde existia uma certa diversidade dentro do próprio ensino superior, com ensino universitário e ensino não universitário.

Porque é que só assinaram os ministros? Porque é que só o poder político assinou? Essencialmente, porque era uma declaração política e não se pretendia que a Comissão Europeia assinasse o documento. No próprio dia em que a Declaração foi assinada, de manhã, houve uma reunião para discutir o interesse que a Comissão tinha mostrado em a assinar, mas houve vários ministros que se opuseram. As universidades estiveram presentes, entre elas algumas portuguesas, participaram da cerimónia, mas também não assinaram porque se entendeu que a Declaração tinha um carácter eminentemente político e, nessa medida, cometia essencialmente ao poder político.

Há aqui um detalhe que julgo ser bastante importante, que é o do envolvimento das universidades. Se lerem bem a Declaração e convém lê-la, porque há muita gente a falar da Declaração que nunca a leu, não se diz que os cursos têm de ter três anos, por exemplo, o que se diz é que o primeiro ciclo tem de ter um mínimo de três anos. Não se fala em cursos de mestrado ou de doutoramento no que respeita ao segundo ciclo. Fala-se que tem de haver um primeiro e um segundo ciclos, mas não se diz mais nada, e garante-se sobretudo uma espécie de diversidade organizada, que era o que se pretendia.

Tenho de confessar que a maioria das universidades europeias ficou à margem do processo da Declaração, embora o objectivo fosse suscitar a apresentação de propostas, incentivar a concertação e a criação de redes entre universidades e não propriamente produzir um entendimento entre os governos ou um entendimento a nível político. A Declaração tinha um carácter político, mas no fundo procurava suscitar a iniciativa das universidades: era uma tentativa de *bottom up* e não de *top down*, com a ideia de poderem ser as universidades a desenvolver o processo, mas as universidades europeias ficaram paradas, ficaram na expectativa, ficaram à espera. Entretanto, fez-se a convergência do CRE

com a outra associação, o que veio dar origem à *European University Association* (EUA), em 2001.

Na mesma altura, os ministros tomaram o processo em mãos e deixou de ser um *bottom up* para passar a ser um *top down*. Quando passou a ser um *top down*, primeiro, deixou de se falar da Declaração e passaram a chamar-lhe um *processo*. Cada um apareceu com os seus objectivos e é aqui que se começa a falar da “agenda oculta”, expressão que tem sido utilizada por muita gente, inclusivamente em Portugal, para dizer que o objectivo era ajudar os Estados e os governos a diminuir o esforço financeiro no ensino superior.

Quando me falam na “agenda oculta”, lembro-me sempre do Woody Allen que quando lhe perguntavam sobre os seus filmes ele dizia: “Eu gosto muito de ler os meus críticos para perceber o que é que quero fazer com os meus filmes”. Aqui é um pouco a mesma coisa, ou seja, as pessoas que assinaram, que participaram na sua elaboração foram ingénuas? Julgo que hoje voltaria a fazer exactamente o mesmo que fiz na altura (com uma diferença que eu já vou dizer qual é), mas nunca me passou pela cabeça que este fosse um instrumento para ter uma “agenda oculta” e, através daquela Declaração, poder ter outros objectivos senão aqueles que estavam explicitados na própria Declaração.

Portanto, acho que houve aqui uma certa inabilidade das universidades para pegarem na Declaração e o papel dos Estados, o papel dos governos, tornou-se preponderante, pelo que a Comissão Europeia, que tem grande persistência nos problemas e exerce uma pressão contínua sobre os vários dossiers, acabou por vir a ter um papel importante neste Processo e no modo como ele se desenvolve.

Daí para cá, conhecem todos muito melhor do que eu o que se passou, a maneira como se procurou reestruturar os graus e os diplomas em cada um dos países, num processo muito complexo. Sabem muito mais disso, portanto não vou entrar nessa matéria. Recomendo vivamente a consulta do último relatório da Eurydice, onde é feita uma comparação do que se tem passado em todos os países a nível do ensino superior –

é um conjunto de dados que importa conhecer. Vou falar é sobre aquilo que me preocupa em relação a este Processo.

Em primeiro lugar, julgo que estamos no princípio desta questão de Bolonha e não no fim, fundamentalmente porque, em simultâneo com este Processo, surgiram outras questões que me parecem essenciais. A partir de 2001, 2002, 2003, e apesar das declarações que os senhores reitores fazem de que o ensino universitário e a universidade são um bem público, os países europeus deram-se conta de que os seus governos estão a entendê-lo sobretudo como um bem privado, muito à semelhança do que se passa nos Estados Unidos. Não digo que se caminhe para uma situação parecida com a que se vive nos Estados Unidos, onde as universidades públicas vivem com financiamentos públicos de 7 a 20% dos seus orçamentos, o resto é conseguido através de esforço privado, ou seja, das propinas, dos contratos, dos *fund raising*, etc. Não digo que se caminhe para isso, mas caminha-se no sentido de as universidades cada vez mais terem de encontrar os seus próprios financiamentos.

Estas são questões vitais no que respeita ao futuro das universidades europeias, embora haja já muitas a procurar alternativas, designadamente as Universidades de Colónia e de Munique. A primeira coisa a fazer é autonomizar as universidades em relação ao poder político, dando-lhes um estatuto que as retire da alçada do Estado. Isto é muito mau para quem gosta das coisas todas do Estado, mas é exactamente assim que deve ser para que as universidades possam tornar-se verdadeiramente autónomas.

O esforço de autonomia na Europa vai ter de ser muito grande, as universidades têm uma enorme tradição de dependência do poder político, sobretudo no que respeita ao financiamento. Se as universidades não forem capazes de se autonomizar, através de uma conjugação de vontades entre o poder político e o poder académico, isto é, os governos e as universidades, continuaremos a ter exactamente os mesmos problemas que temos hoje e que se traduzem na queixa permanente das

universidades de que os orçamentos são insuficientes para fazer funcionar as instituições.

Depois, o segundo aspecto tem a ver com a necessidade de as universidades se assumirem como verdadeiras organizações, que têm de gerar as suas receitas próprias e utilizá-las. Há, hoje, na Europa experiências de instituições que já perceberam isto e que já perceberam que os Estados não têm capacidade para satisfazer os interesses das universidades, sobretudo nesta luta de gerações numa Europa que envelheceu de uma forma muito acelerada e onde o dinheiro ou vai para um lado ou vai para outro, pelo que a luta entre gerações dificilmente terá um resultado favorável às universidades.

Esta é a questão do bem público e do bem privado, e devemos comparar os investimentos públicos e privados na Europa e nos Estados Unidos: a diferença no investimento público é mínima, mas no privado é de 1 para 6, o investimento privado nos Estados Unidos é cerca de seis vezes superior à média europeia.

Não defendo que haja esta diminuição para níveis americanos, entre os 7 e os 20% nas universidades públicas. Não me parece que seja possível, mas o que me parece impossível é continuar com os níveis de financiamento público actuais. Isto aplica-se aqui, em Espanha, em França, na Inglaterra, em Itália, na Holanda, na Alemanha. Todos os países têm este mesmo problema. Não vale a pena estarmos a querer que a universidade seja um bem público em exclusivo, ou mesmo que a sua frequência seja, como diz a nossa Constituição, tendencialmente gratuita. Isso já foi abandonado há algum tempo, quando se alteraram as propinas e o Tribunal Constitucional disse que era constitucional o seu aumento.

Nesta questão acho que algumas universidades europeias ou não perceberam, o que é grave, ou não querem aceitar, o que ainda é mais grave, que têm de actuar de forma diferente. Mas se as universidades não forem capazes de assumir elas próprias a responsabilidade pelo seu financiamento, seguramente com uma negociação forte de médio prazo com os Estados, se não forem capazes de entender esta questão do *fund*

*raising* de uma forma muito dinâmica – com todas as possibilidades, desde as propinas, aos empréstimos, às bolsas dirigidas, à captação de novos estudantes, aos *overheads* ou à prestação de serviços –, dificilmente as universidades conseguirão satisfazer os programas ambiciosos que todas têm e os objectivos que procuram desenvolver.

Só dar aqui um dado que me parece muito importante. Temos sempre a ideia de que as universidades norte-americanas são essencialmente privadas, mas a verdade é que na sua maioria são públicas – o que funcionam é com uma enorme autonomia e uma grande capacidade para obter os seus próprios proventos. Se quisermos fazer uma comparação com base naqueles três *rankings* que hoje existem sobre universidades, temos, no grupo das dez melhores universidades do mundo consideradas por esses três *rankings*, sete americanas e três europeias. Mas quando se vai para as duzentas melhores, cinquenta e quatro são americanas e oitenta e três são europeias, ou seja, a Europa tem uma alta qualificação das suas instituições, o que é muito importante. Há pois instituições de grande qualidade que importa preservar.

Há outro aspecto nas universidades que é muito interessante. Estamos sempre a falar no novo conhecimento e na produção de conhecimento e não falamos na preservação do conhecimento, mas o conhecimento é algo que se perde. O conhecimento não está todo adquirido, tem de ser preservado e são as instituições universitárias que o preservam. Por exemplo, quando pensamos que há vinte ou trinta línguas que todos os anos desaparecem, que todos os anos se extinguem, é necessário que exista uma instituição capaz de as preservar, porque este é um conhecimento que o Homem está a perder, que a Humanidade perde. Mas isso não é particularmente rentável, ou seja, para manter o estudo sobre a língua tibetana ou sobre as línguas swali ou sobre as línguas bantu de África é necessário que a universidade o faça, mas não há quem o pague. Portanto, não havendo quem pague é necessário que as universidades tenham capacidade para desviar alguns dos seus fundos para cobrir estas áreas.

Vou terminar com cinco questões que me parecem relevantes. Se estamos no princípio de uma nova fase, como eu há pouco dizia, o Processo não está no fim, está no princípio, é necessário definir bem o que é que se pretende fazer daqui para a frente, sobretudo quais devem ser as áreas de preocupação. É essencial que se avalie aquilo que foi feito, como é que evoluíram os vários países europeus nesta matéria. É necessário ter em conta o que outros pensam da Europa, designadamente os Estados Unidos, a América Latina e os países asiáticos, que têm acompanhado com grande detalhe o que se passa na Europa. Há muitos estudos feitos e se forem à Internet verificarão que há muitas organizações, quer na América do Sul, quer nos Estados Unidos, quer na Ásia, que acompanham com algum detalhe aquilo que se vai passando no ensino superior na Europa.

A primeira questão que me parece relevante e que está mal tratada ou que tem sido pouco tratada é a dos conteúdos de formação. Na Fundação Gulbenkian organizámos este ano com a Fundação Wolkswagen um seminário sobre as componentes da *general education*, da formação geral dentro das universidades. Parece-nos que há muitas áreas de formação em que os diplomados saem com uma formação geral muito insuficiente. Há um relatório muito interessante feito por Harvard, publicado o ano passado, só sobre *general education*, com as linhas do que se entende que deve ser a formação de um estudante de Harvard. E eu atrevia-me a dizer o seguinte: a marca de uma universidade é dada por aquela formação que é comum a todos os seus estudantes!

Se olharmos para a formação que é dada a todos os estudantes nalgumas universidades portuguesas, verificamos que a parte comum é muito reduzida, mas essa é uma formação particularmente importante, sobretudo para podermos depois trabalhar nas áreas difíceis e sensíveis, que são as áreas interdisciplinares e as áreas multidisciplinares. Todas as universidades têm muita dificuldade em as abordar. Há algumas experiências interessantes, há até algumas universidades que reformularam inteiramente o modo de organização interna e de distribuição dos seus centros de ensino e das suas unidades de ensino e de

investigação, mas esta é uma matéria para a qual importa olhar com algum detalhe, porque os grandes problemas do nosso tempo, os problemas da paz, da fome, da energia, os problemas das relações internacionais não podem ser tratados por uma única disciplina, nem por um único tipo de formação. Portanto, as universidades têm de ser capazes de se organizar para lidar com a interdisciplinaridade, o que pressupõe um grande aprofundamento das disciplinas – não é aquela ideia de “agora esquecemos as disciplinas e vamos passar a ter especialistas nas matérias interdisciplinares”. Não há especialistas nas matérias interdisciplinares. Há especialistas nas disciplinas, que são capazes de trabalhar e contribuir para a resolução de problemas interdisciplinares, o que implica uma certa forma de organização interna das instituições.

Segundo ponto, é o das redes europeias, a que eu atribuo uma enorme importância. Há pouco disse que em relação à Declaração de Bolonha teria feito exactamente o mesmo, com uma única excepção e a excepção é esta: se eu soubesse o que sei hoje teria, na altura da assinatura da Declaração, insistido ou proposto que fosse pelo menos criado um programa com as características do *Erasmus Mundus*, ou seja, um programa de incentivos à constituição de redes que oferecem cursos e que organizam programas de investigação com estudantes vindos de várias origens e que circulam dentro dessas redes universitárias.

Fui presidente do *board* de selecção de projectos do Erasmus Mundus durante quatro anos, terminei agora essa tarefa, mas o que se prevê é que o Parlamento Europeu aprove, em Setembro próximo, uma verba de cerca de 1 bilião de Euros para um novo programa Erasmus, que se iniciará em 2009 e terá como grande objectivo os programas de doutoramento. Julgo que esta área das redes europeias é essencial para poder fazer duas coisas: por um lado, para que as universidades se entendam umas com as outras; por outro lado, para que os estudantes europeus possam circular nestas redes e elas se tornem instrumentos que atraem estudantes vindos de fora da Europa. A Europa tem um grande atraso em relação aos Estados Unidos na sua capacidade de atracção.

Há aqui uma questão para as universidades europeias que é parecida com a das empresas que trabalham na área do petróleo, que é a seguinte: se por um lado as universidades competem entre si, por outro também têm de cooperar entre si. Na área do petróleo, sobretudo as grandes empresas como a Exxon, a BP, a Shell e a Total lutam de uma forma tenaz em determinadas áreas do mundo para conseguirem uma concessão, mas também são aliadas e parceiras em determinadas iniciativas. As universidades vão ter de fazer exactamente o mesmo, vão ter de se entender umas com as outras no sentido de criar redes, serem atractivas, poderem atrair estudantes estrangeiros, inclusivamente fazendo acordos com universidades fora do espaço europeu. Mas, por outro lado, essas mesmas universidades lutarão entre si para conseguir os melhores professores, terem os melhores estudantes e obterem os melhores financiamentos para os seus programas de investigação.

O terceiro ponto de preocupação em termos europeus é a dificuldade que os europeus têm em assumir que no ensino superior há instituições diferentes. A maior parte dos países europeus não foram capazes de criar uma rede séria e forte de instituições de ensino superior não universitário. A rede de ensino superior mais forte na Alemanha são as *fachschulen*, mas mesmo aí estão cerca de metade dos estudantes que frequentam as instituições universitárias.

Em Portugal, acontece um pouco o mesmo, também temos uma rede de politécnicos, mas cuja frequência é muito inferior à das universidades – é aquilo a que eu chamo o falso igualitarismo dos europeus. Até os ingleses cometeram este erro, começaram nos anos sessenta com os politécnicos, depois chegaram aos anos noventa e, por razões que alguém ainda um dia explicará, transformaram os politécnicos todos em universidades. O senhor Major, um dia em 1992, transformou todos os politécnicos ingleses em universidades, dando uma enorme machadada na diversidade da Europa, sobretudo num país como a Inglaterra que para muitos é uma espécie de referência.

Os europeus têm que assumir, por exemplo, que a investigação é feita sobretudo em determinadas instituições e nalgumas em exclusivo. Há instituições que não fazem investigação científica, pura e simplesmente, e não deixam por isso de ser instituições de ensino superior que fazem excelente ensino. Não se pode confundir uma universidade, como são as chamadas *research based universities*, com um instituto politécnico ou com um *community college*. Esta hierarquização tem sido muito difícil de assumir na Europa e quanto mais tarde for feita, maiores serão os prejuízos, quer para quem faz investigação de alta qualidade, quer para quem faz um ensino mais prático.

O penúltimo ponto é o dos sistemas de avaliação e acreditação na Europa. Portugal lançou um sistema de avaliação em 1993, numa iniciativa essencialmente das universidades, do Conselho de Reitores. Mais tarde, esse modelo de avaliação veio a ser alargado a todo o sistema. O Prof. Adriano Moreira foi um intérprete e foi o responsável, por minha solicitação, dessa tarefa que desempenhou de uma forma única e à qual deu um contributo extraordinário para a criação e consolidação de uma cultura de avaliação em Portugal. Hoje, estamos numa fase em que a Europa se tem de organizar em termos de avaliação e acreditação. Tenho um pouco a sensação de que os europeus vão, mais uma vez, cometer o mesmo erro: o sistema de avaliação e de acreditação não vai nascer de baixo para cima, vai nascer de cima para baixo.

Na minha perspectiva, e deixo-vos isso para reflexão, há duas formas de abordar esta matéria. Ou os sistemas, as organizações de avaliação e de acreditação que existem na Europa (a nível nacional ou regional, ou a nível de área científica ou profissional, há várias formas de o fazer) se entendem entre si e criam uma instância europeia que faz a acreditação das instituições, ou o que vai acontecer é que um dia a Comissão Europeia, com os ministros numa reunião qualquer, com uma agenda que ninguém sabe qual é, decidem “vamos criar uma agência europeia de avaliação e acreditação”. Pode ser que me engane, mas não demorará cinco anos para que apareça uma coisa destas. E nessa altura, aqui d’el rei que estão a querer uniformizar,

porque as organizações, ao nível de cada um dos países, não foram capazes de se entender.

É como com o Tribunal Penal Internacional. Lembro-me da Anne-Marie Slaughter, quando esteve aqui na Gulbenkian com o juiz Garsón<sup>2</sup>, aqui de Espanha, dizer: “Nós somos a favor de um tribunal internacional, mas que nasça dos tribunais de cada um dos países e não propriamente criar-se um tribunal para fazer de cima para baixo”. Em termos de avaliação e acreditação, julgo que vai acontecer o mesmo. As instituições não se vão entender e um dia vai aparecer uma, criada de cima para baixo, e depois vamos ter que lutar um pouco contra essa organização que necessariamente vai ser burocrática, maçadora, com aquelas características todas que têm estas grandes organizações que trabalham um pouco no vazio.

Última nota, porque já me alonguei. Vamos fazer na Fundação Gulbenkian uma conferência, em 2009, sobre *Bolonha – dez anos depois*. Obviamente, convidámos para comissário o Prof. Pedro Lourtie, como não podia deixar de ser, e vamos tentar, não propriamente reconstituir como é que se fez a Declaração e para que é que ela serviu, mas perceber a que é que a Declaração deu origem e onde é que hoje estamos em termos europeus e fora da Europa. Nesta matéria da Declaração, a Europa é mais importante do que aquilo que pensa. Há escritos, há um escrito feito por uma universidade americana que diz: “É preciso ter cuidado, temos que acompanhar muito bem o que se está a passar na Europa, porque este processo pode ser o processo que dá origem a uma espécie de Declaração de Bolonha para todo o universo das universidades ao nível global”. Isto pode ter alguma importância e, portanto, vamos trazer algumas pessoas dessas áreas para percebermos como é que a coisa se pode entender.

---

<sup>2</sup> Baltasar Garsón.

Este foi o meu contributo. O meu interesse era fazer um pouco de história e depois dar a ideia de quais são as preocupações que tenho. Se calhar, não são as vossas, mas paciência, são as minhas, são as que eu deixei aqui.

## Comentários

**Adriano Moreira** – Não me vou escusar de fazer uns comentários, porque eu acompanho sempre com muito interesse as declarações, investigações e juízos que resultam e nos enriquecem das intervenções do Marçal Grilo. Os comentários que gostava de fazer ajudam a enquadrar o problema, porque acho que não podemos continuar a imaginar que a Europa está estabilizada e o Processo de Bolonha é que anda.

Não é assim. A Europa não está estabilizada, há uma série de processos que interagem e nós não podemos continuar a olhar para Bolonha sem olhar para esses processos, designadamente para esta questão da relação entre o poder político e as universidades, que é básica.

Não há nenhuma época da História da Europa em que o poder político não tenha tido interferência no ensino universitário e em que não tenha deixado de interferir sempre que há uma modificação estrutural. A primeira grande mudança foi com a instabilidade que veio a seguir à Revolução Francesa, e todos se recordarão da grande carta, que não foi de Bolonha, foi de Viena, com Metternich, quando estabeleceu um programa definitivo para domar as universidades, até santificou a censura sistemática que foi inventada por ele.

Outra grande mudança na Europa foi iniciada por Maio de 1968. Houve grandes declarações, a política entrou na universidade. Bom, parece que foi um pouco exagerado porque, nas eleições logo a seguir, o poder político francês ganhou maioria absoluta e tentou reorientar a questão.

No que toca, a meu ver, ao processo europeu, aconteceu o seguinte: a Declaração de Bolonha, com esta amabilidade diplomática de lhe chamar *tratado* de vez em quando, corresponde a uma situação de instabilidade da Europa. E porquê? Porque tradicionalmente os países fazem tratados e obrigam-se a resultados. Na situação de incerteza em que estão, fazem declarações, porque assim se obrigam a fazer um

esforço no sentido de. Pouco a pouco, vão-se esquecendo que é *declaração* e passam a chamar-lhe *tratado*; justamente, neste momento da Europa, o grande problema é que já há um poder mal definido, difuso, mas constantemente interferente, e esse poder cada vez mais importante vai progressivamente condicionando os processos que tinham nascido em liberdade, como é o caso das universidades.

Já há no horizonte, e isso foi aqui lembrado pelo Marçal Grilo – creio que com alguma cautela para não nos afligir –, um ponto final nesta evolução: chama-se uma *directiva* europeia. Não estamos nada isentos de que directivas europeias venham a intervir nesta matéria. Este é um ponto fundamental, a meu ver.

Estamos aqui nesta reunião tão oportuna, convocada num momento crucial e recorrendo aos mais sabedores, para nos ajudarem com a questão do *Tratado de Lisboa*. O *Tratado de Lisboa* tem no seu centro a questão que nos condiciona, não apenas no processo de ensino, mas em todos os procedimentos europeus, que é o conflito tradicional da Europa entre um modelo comunitário (foi assim que Jean Monet o começou), e um modelo federalista. De quando em vez, entramos em choque, desta vez, por exemplo, há a questão do voto da Irlanda – aquilo que se discute é se vamos continuar a prestar homenagem a uma comunidade europeia de direito ou se vamos substituir isso por uma coligação que impõe a sua vontade. Este é o processo europeu que nós estamos a viver e é nessa incerteza que estamos a viver.

Por isso, o que se pede às instituições universitárias é que sejam capazes de viver na incerteza, porque nem sequer têm um centro de poder bem definido a que se possam dirigir. E esta situação de incerteza é uma situação que tem de olhar com cuidado para os modelos de referência. Estamos sempre a olhar para os Estados Unidos da América, simplesmente nós, desde o fim da Guerra de 1945, estamos a fazer uma coisa que os Estados Unidos fizeram logo na sua fundação – é que as fronteiras são apontamentos administrativos, não são obstáculos. Tivemos ainda a consequência e a dificuldade de, a partir de 1989,

estarmos a receber países que não têm a experiência do *acquis* europeu da época anterior, que vai de 1945 a 1989, e por isso existem reacções soberanistas, como é evidente, e essas reacções soberanistas são diferentes de acordo com as capacidades dos países. Daí a necessidade, a meu ver, de olharmos para a realidade de cada um dos países europeus que está a ser objecto deste processo como que unificador da Europa.

Esse é um grande desafio que aumenta consoante se vai do Norte para o Sul do mundo. Em relação a estes países, que são os países mais pobres, é preciso olhar para os recursos que efectivamente temos. E Portugal, acho que tem de fazer isso. Em primeiro lugar, a Europa tem de fazer isso: a Europa é, neste momento, um espaço carente de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra e enfrenta uma crise do conceito estratégico da alimentação. Esta é a situação da Europa.

Julgo que os Estados Unidos também têm algumas razões para repensar o gasto extravagante de dinheiros que fazem no mundo, mas talvez não tenham tanta preocupação como nós. Mas a Europa vai hierarquizando estas carências no sentido descendente em relação aos países mais pobres.

Em relação a nós, julgo que devíamos meditar nalgumas circunstâncias para adaptar o sistema. Primeiro, reparar que o País também está envolvido por essa debilidade europeia e está mais envolvido do que grande número de países da Europa. O País, é evidente, tem dificuldades em o Estado responder às obrigações que a Constituição lhe impõe, na Justiça, na Segurança, na Defesa, também na Educação, e assim por diante. Não há dúvida que todas as debilidades da Europa se reflectem entre nós, com a medida que corresponde à nossa estatura. Por isso, nós temos que aceitar os padrões, mas responder, acho eu, de acordo com esses padrões.

O que eu reparo que andamos a fazer nestas reuniões – que espero consolidem a presença do Conselho na vida portuguesa, como eu penso que está a acontecer –, julgo que sem dar conta, é andarmos à procura de uma pré-constituição. E porquê? Porque há preceitos constitucionais que

estão completamente desactualizados, por exemplo, a importância da rede pública, a obrigação da gratuitidade do ensino, etc., isso tem que ser revisto. Quanto a essa ideia de recorrer a recursos do mercado... Bom, é preciso olhar para o mercado que temos e, em segundo lugar, rever a atitude constitucional em relação ao ensino privado. A pré-constituição precisa de ser definida pelo pensamento, na esperança de que o poder político se habitue a ouvir aquilo que os centros de produção de pensamento vão estabelecendo.

E em relação a nós, neste momento? O crescimento do poder europeu, embora ainda bastante indefinido mas crescente, em que medida obriga a racionalizar a nossa atitude e estrutura interna? Temos de assumir que há necessidade de sacrifícios a impor à rede para poder responder a isso, o que é inevitável.

Não estou a ver isso assumido. Nós podemos dizer à rede portuguesa, e não digo só à rede pública, mas à rede nacional, que abrange privados e abrange a Católica, que vá procurar recursos próprios para manter as instituições? O que tenho de perguntar é quantas instituições nesse modelo precisam de ser eliminadas? Julgo que isto tem de ser assumido, com avisos que estão a vir da situação das empresas. Já verificámos que a empresa de electricidade propõe que os consumidores que pagam suportem o défice daqueles que não pagam. É extraordinário, transforma o consumidor em accionista!

Sei que a estrutura bancária, por exemplo, faz isso, mas essa realmente é privada e quando equaciona os seus rendimentos já o faz de maneira a cobrir as perdas eventuais dos maus pagadores... Todos nós sabemos que isso é o mercado. Agora, termos um regime contratual de prestação de serviços e dizer ao consumidor que deve participar na cobertura dos prejuízos que resultam dos que não pagam? Isto mostra a debilidade do princípio das instituições terem de recorrer ao mercado, mas se vamos ter de recorrer ao mercado, então vamos medir o nosso mercado, vamos medir a capacidade de sustentação que tem esse mercado em relação à rede das instituições portuguesas.

Acrescento mais um elemento. O que a Europa está a fazer é criar o espaço da livre circulação, com fronteiras que são apontamentos puramente administrativos, para superar séculos de um modelo que foi absolutamente diferente. Então, o nosso mercado passa a ser esse. Seremos ou não capazes de ir a esse mercado? Esse é que é o desafio. E para isso, que ramos secos é que temos de cortar? Isto tem de ser discutido para equacionar o modelo a que julgo que não podemos escapar, porque a pressão sistémica não pode ser evitada.

Mas também todos sabemos que os sistemas, hoje, são abertos e que um sistema aberto precisa de ter capacidade de absorção das incursões que vêm do exterior e de fazer a sua reabilitação interna. A experiência que estamos a ter é que largos espaços da Humanidade – basta ler os relatórios do PNUD todos os anos –, não têm capacidade para receber as incursões que vêm do exterior, reorganizá-las e reabilitar a sua resposta.

De maneira que (isto não acrescenta nada ao que o Marçal Grilo disse), a orientação é esta. A orientação é esta, mas julgo que é bom insistir em que o modelo de Bolonha é apenas um dos aspectos do processo europeu. No processo europeu, há todas estas dependências e julgo que o máximo que podemos fazer, e não é pouco, é conseguirmos definir alguns elementos da pré-constituição para esta entidade que está a crescer.

**Eduardo Marçal Grilo** – Eu não saio daquilo que o senhor Prof. diz, estou de acordo. Acho que não podemos ter a veleidade de pegar em quarenta e tal instituições em Portugal e dizer “vão ao mercado” e o Estado desliga-se delas. Bom... tenho pensado sobre isso.

As universidades europeias são, no meio desta “baralha” toda em que nós vivemos, talvez as únicas instituições (não são os hospitais, as escolas secundárias ou as empresas de pequena dimensão), que têm um privilégio, que sempre tiveram desde a sua constituição, tiveram sempre uma perspectiva muito global. Os grandes académicos andaram sempre pelo mundo, nunca estiveram circunscritos.

Vamos individualizar a questão e vamos falar nas universidades que têm o seu trabalho assente na investigação científica, as *research based universities*. Há algumas em Portugal, alguns departamentos, e qual é o mercado deles? O mercado deles é o mundo todo, é a Europa toda. O Instituto Superior Técnico, por exemplo, antigamente recrutava estudantes de todo o País, agora recruta essencialmente entre Cascais e Vila Franca de Xira. É uma universidade que está muitíssimo regionalizada em termos de estudantes, mas em termos de conhecimento tem o mundo todo. E aquilo que se produz lá, ou é susceptível de ser publicado nas grandes revistas internacionais ou então não vale a pena. Ou são os melhores ao nível global ou então não são, pura e simplesmente. Qual é a área de mercado deles? Onde é que uma instituição como esta deve ir buscar os seus recursos? Ao mundo. Vai buscá-los onde for, onde houver o dinheiro – vai ao Médio Oriente, aos Estados Unidos, ao Brasil, à China, vai à *Wellcome Trust* em Inglaterra, vai aos sítios.

O Prof. Adriano Moreira não referiu aqui um ponto que é muito importante naquilo que está a acontecer hoje. É que com esta história da energia, o que está a acontecer é que estamos – estou aqui a falar com um estratega que conhece estas matérias muito melhor do que eu, mas vou-me atrever a dizer isto –, a criar novos centros de poder no mundo, porque estão a ser passados dos países consumidores para os países produtores de petróleo recursos na casa dos 30 triliões de dólares! Não estamos a falar de *peanuts*. Estamos a falar de uma transferência maciça de recursos financeiros para os grandes países, isto no espaço de dez ou quinze anos é o que vai acontecer.

Não é por acaso que os países do Golfo, designadamente o Abu Dhabi que eu conheço razoavelmente bem, compram as coisas mais extraordinárias em toda a parte do mundo. Isto tem de ter uma repercussão prática naquilo que nós temos que fazer, naquilo que nós temos de pensar e no enquadramento que nos está a ser dado neste sistema das carências, das debilidades, que resultam em grande parte destes factores, que são factores exógenos.

Vou concluir. As universidades têm de se libertar do poder político, porque o poder político quando paga quer mandar. Quem paga quer mandar. É sempre assim, faz parte. Neste caso específico, o que acontece é que as universidades não se libertam verdadeiramente do Estado, não sei se tal acontecerá com o estatuto de fundação, com o estatuto de associação, ou de empresa... Não estou a falar em nada do dia-a-dia, que conheço menos bem, estou a falar em termos muito globais.

As universidades europeias têm de se libertar da dependência do Estado e elas próprias serem as produtoras das suas iniciativas, pois é muito verdade o que o Prof. Adriano Moreira dizia: as universidades um dia acordam e têm uma directiva da Comissão Europeia a dizer “agora é assim”, e depois dizem “mas isto não pode ser”, não pode ser mas é, mas passou a ser.

Eu defendo que as universidades devem tentar autonomizar-se do ponto de vista financeiro e não me venham dizer sempre que as universidades americanas são diferentes das universidades europeias. Vão a Colónia, a Munique, pois quando eles iniciaram este processo, há dez anos, diziam na Alemanha exactamente o mesmo que se diz hoje em todas as universidades europeias: “Não há a tradição do *payback*, ninguém dá nada, a lei do mecenato não presta...” Não aceito esses argumentos. Só aceito esses argumentos quando as universidades disserem assim: “Está aqui um plano de *fund raising*, nós temos aqui uma forma de nos auto-financiarmos em 60%, 40%, 70%, em 80%, naquilo que for, temos aqui um plano.”

Agora esta queixa de ouvirmos sistematicamente os responsáveis das universidades na Europa dizer “nós não temos dinheiro, o Estado não nos dá dinheiro para funcionar”, é uma crítica que vai morrendo. Daqui por quinze ou vinte anos, esta crítica terá desaparecido, morre. É uma espécie de um *phasing out*, vai caindo, caindo... Mas por enquanto ainda existe e impede que as universidades façam aquilo que devem fazer, que é tentar encontrar os seus próprios recursos.

